

PROTAGONISMO DAS MULHERES: APORTES TEÓRICOS DA ECOLOGIA POLÍTICA PARA DISCUTIR A SOBERANIA ALIMENTAR

Laiany Rose Souza Santos
Estudante de Doutorado em Geografia – NPGEO/UFS
laiany.santos@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos
Doutora em Geografia – NPGEO/UFS
josefalisboa@uol.com.br

Temática: Espacios rurales, agricultura y seguridad alimentaria

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é discutir sobre a Soberania Alimentar, compreendendo-a como conceito ressignificado pelas mulheres camponesas, não só em seu viés teórico, mas também na ação prática cotidiana em sua organização local e também internacional. Construída, sobretudo por meio da agroecologia, que não é algo novo, criado a partir da ciência moderna, mas vem da ancestralidade dos processos produtivos da prática camponesa, que é de aprender com a natureza e suas formas.

A necessidade de compreender os saberes e conhecimentos produzidos pelas mulheres camponesas e como esses são desacreditados por não seguirem um rigor científico nos faz debruçar no debate do processo Ocidental de acumulação do conhecimento que submete ao mundo inteiro a lógica de subordinação da ciência e, portanto diminui a ação e os saberes das populações colocando-os como não científicos e que, portanto não tem mérito para serem utilizados.

Faz-se relevante utilizar do aporte teórico da Ecologia Política (EP) para debater as crises na sociedade e por compreendê-la como um campo de estudo, reflexão e análise interdisciplinar cujos objetivos são vincular, delimitar e caracterizar diversos elementos dentro do panorama da produção-circulação-distribuição-consumo. Esse aporte teórico introduz as propostas dos movimentos sociais antissistêmicos e incorpora as dimensões *eco-marxistas* e *eco-feministas* nas discussões em torno das estruturas de poder que levam inclusive a uma dinâmica dicotômica de *países de cima* e *países de baixo* para descaracterizar as construções políticas e acadêmicas *desde baixo*.

Esse conhecimento construído *desde baixo* é negado e, portanto o conhecimento das mulheres camponesas em relação à agricultura, segurança alimentar, saúde etc. também entram no bojo da negação e invisibilidade. Nesse sentido a EP

destaca as conflitualidades no campo teórico e também na prática uma vez que as/os camponesas/es em muitos casos confundem as práticas convencionais e tradicionais, usando as convencionais porque os resultados são cientificamente comprovados, tendo a ciência como verdade absoluta.

Entende-se que o subdesenvolvimento não é uma simples fase de transição ao desenvolvimento, mas um fenômeno permanente (FURTADO, 1970), a superação deste exige mudanças radicais. Nesse sentido a EP têm o papel de enfrentamento e construção de propostas alternativas, ou mesmo dar visibilidade as ações locais, construindo relações econômicas que tem novas “lenguajes de valoración” da natureza (ALIER, 2004), construindo comércios justos, agindo localmente, mas pensando numa transformação global do modo de produção, levando em consideração a natureza e a sociedade.

AS CRISES E O PARADIGMA DA ECOLOGIA POLÍTICA

Compreende-se que o processo Ocidental de acumulação do conhecimento submete o mundo inteiro a lógica de subordinação da ciência, uma vez que a acumulação do conhecimento leva a monitorar e, portanto servir como pressuposto da condição de controlar e construir políticas públicas globais afirmando a tese do Ocidente desenvolvido, e com isso justificando sua capacidade de gestar os “subdesenvolvidos”, ou seja, os incapazes de transformar seus conhecimentos em ciência, entendendo o “fazer” ciência na estrutura Ocidental.

Outro elemento relevante para pensar as crises é a clara incapacidade do mercado para atender necessidades sociais, produtivas e ambientais. Analisando a relação economia-sociedade-natureza nota-se que há uma crise civilizatória que põe em jogo a homogeneidade proposta pelo Ocidente e de contrapartida também retroalimenta o surgimento de inúmeros modelos distintos nativos enraizados do 3º mundo, cada um oferecendo suas contribuições, não para um modelo homogêneo, dominante, mas como conjunto de visões e enfoques para integrar processos muito importantes.

Entende-se que esses processos impulsionaram a construção de dois paradigmas fundamentais; a Economia Ecológica (EE) e a Ecologia Política (EP), pois exigiam uma nova prática acadêmica, assim como uma nova ciência social. A EE e a EP são enfoques muito poderosos para analisar a situação atual do contexto de sistema mundo capitalista, entretanto para esse estudo focaremos o debate no paradigma da EP, entendendo como estudo dos conflitos ecológicos distributivos com avaliação

multicriterial, baseada na ideia da incomensurabilidade que está muito longe do enfoque convencional.

A crise sócio ambiental e a crise epistemológica podem ser compreendidas como territórios, uma vez que esses são formados por e a partir de relações de poder, “o território é o espaço político por excelência” (RAFFESTIN, 1993, p.59-60). Segundo Fernandes (2005, p.27) “os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais”, nesse sentido compreende-se as crises como territórios imateriais, fundamentando-nos em Fernandes quando afirma que:

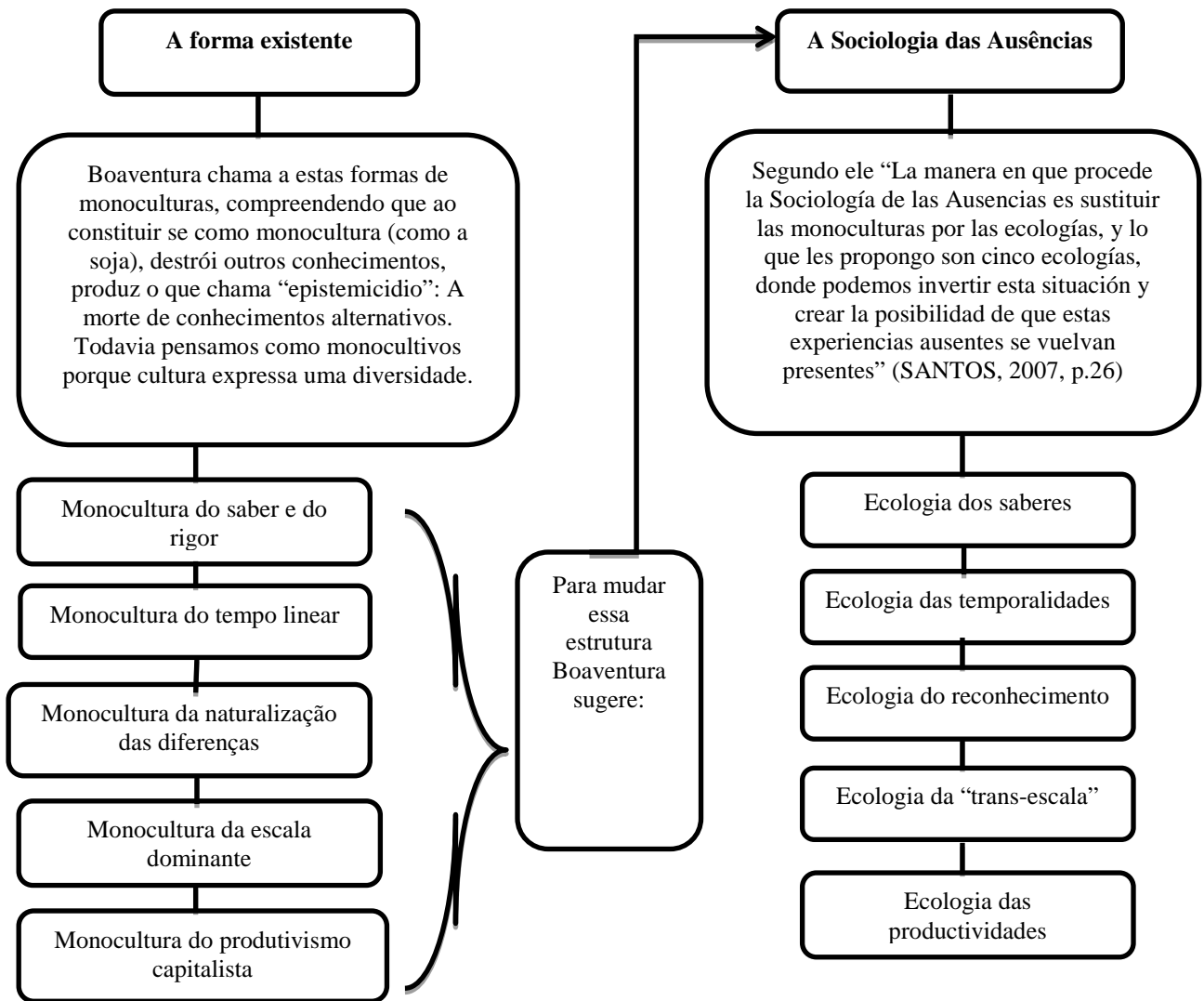
Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008, p.8).

O território em permanente disputa é construído por paradigma hegemônico e paradigma contra hegemônico, este segundo sempre subsumido na história quando contada pelo viés da classe dominante. Por isso, “nuestro primer problema para la gente que vive en el Sur es que las teorías están fuera de lugar: no se adecuan realmente a nuestras realidades sociales” (SANTOS, 2007, p.15). E isso ocorre não porque não fazemos ciência, mas porque ainda estamos apoiados no conhecimento científico Ocidental. A disputa acadêmica também estabelece disputa territorial de paradigmas.

Sendo a Ecologia Política instrumento para compreender a desapropriação (não só das terras, mas também do conhecimento que é invisibilizado, ou mesmo caracterizado como não científico sendo científico somente o conhecimento ocidental), a luta contra a contaminação da água, ar e terra, abordando o uso indiscriminado de pacotes produtivos com uso de insumos e agrotóxicos que geram inclusive a dependência econômica, tendo esse paradigma (da EP) o compromisso político com as populações locais.

Segundo Santos (2007, p. 16) “no es simplemente un conocimiento nuevo lo que necesitamos; necesitamos un nuevo modo de producción de conocimiento. No necesitamos alternativas, necesitamos un pensamiento alternativo de las alternativas”
Nesse sentido apresento um mapa conceitual a partir do debate de Boaventura Sousa Santos, sobre os modos de produção e a Sociologia das ausências: .

Organograma 1. A Sociologia das ausências



Fonte: Boaventura de Sousa Santos, 2007. Organização: Laiany Rose Souza Santos, 2014.

A transformação em analisar a partir da monocultura (monocultivo) para uma análise das ecologias leva-nos a compreender como essa ausência construída é uma imposição para manter a relação numa escala global; de dominantes e dominados. Sendo esse o ponto central para pensarmos que a crise de paradigmas é a disputa territorial no âmbito acadêmico e científico para justificar a relação apresentada.

la construcción de la crisis ambiental es en parte resultado de que el capital separa al trabajador-asalariado de la tierra y los junta únicamente en la producción y posteriormente en el mercado como mercancía, lo que impide la comprensión de una gestión de la naturaleza que sea sustentable por parte de sus poseedores originales (BURKETT, 2008. In: BARKIN; CARRASCO; ZAMORA, 2012, p. 8).

A crise sócio ambiental surge a partir do momento que nós (seres humanos) não nos reconhecemos como natureza, considerando-a um recurso a ser utilizado, passível da dominação e instrumento de acumulação de capital. Analisando as mulheres camponesas e a produção de alimentos saudáveis à luz desse paradigma percebe-se que a transformação dos espaços de monocultivos em ecologias significa a libertação e autonomia no modelo de produção e gestão das vidas das comunidades, que constroem cotidianamente conhecimento, formas de produzir agroecológicas, todavia são consideradas alternativas e ainda assim no Brasil o capital tem se apropriado desse conhecimento para subordinar a vida das camponesas.

ECOLOGIA POLÍTICA: FERRAMENTAS METODOLÓGICAS IMPORTANTES PARA ESSE PARADIGMA

Apesar de compreendermos a Ecologia Política como um enfoque poderoso de análise, é relevante ressaltar suas ferramentas metodológicas, para analisar o sistema que se apresenta em crises constante devido a sua incapacidade de produzir resultados adequados ao contexto ambiental, social, político etc. Essas limitantes induzem as empresas a explorar fora dos seus limites geográficos, num processo de apropriação-transformação-consumo-excreção ao meio ambiente (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). A EE e a EP são baseadas em alguns elementos, como:

el análisis multicriterio, la ciencia post-normal, el principio precautorio, el metabolismo social, la coevolución y los conflictos distributivos son criterios metodológicos sumamente útiles; son ejemplos de aplicación de esta propuesta (BARKIN; CARRASCO; ZAMORA, 2012, p. 7).

O princípio precautório entra nesse processo como princípio ético e mesmo de enfrentamento as causas da crise ou das crises que temos vivenciado, que constrói análises dicotômicas entre o moderno e o atraso, construindo também a partir do paradigma da economia neoclássica o conceito de negócio como a negação do ócio, do tempo livre do ser humano, da relação do que é ou não produtivo. Esse princípio se torna um elemento chave para estabelecer limites nas relações com a natureza, o que é um afronta ao capital.

O princípio precautório é um dos aspectos que permite dar conteúdo ao sentido contestatório aos campos emergentes. Este princípio pode ser entendido naquele momento em que se tomam medidas que influenciam nas tomadas de decisões no

âmbito das políticas públicas, que devem considerar os mecanismos de defesa da sociedade frente as condições que ameaçam dano a sociedade e ao meio ambiente, para isso devem desenhar-se e implementar-se alternativas viáveis que considerem e somem forças tanto aos saberes tradicionais como conhecimentos das diferentes ciências existentes. A importância do princípio precautório para nossa civilização resulta relevante para a formulação e avaliação de políticas públicas, sobre todo aquelas que buscam frear e reverter os problemas ambientais.

A natureza tem sido estudada por distintos ângulos a fim de compreender os intercâmbios materiais com os seres humanos, assim, enquanto a Economia reconhece o ser humano como ente social e propõe o intercambio entre os seres humanos além da esfera do biológico a EP toma como pressuposto os conflitos ecológicos distributivos, conforme a economia cresce e a população humana aumenta o uso dos recursos naturais também aumenta junto com a produção de resíduos. Essa dinâmica impacta sob outras espécies, mas, além disso, põe em risco a reprodução de gerações futuras da espécie humana.

Por isso a necessidade de uma análise multicriterial, pois os intuitos de apresentar os estudos de forma separada acabam tendo várias falhas por deixar em aberto vários elementos importantes (TOLEDO, 2008). Associando a ideia de moderno-atraso em que a concepção de cidade-campo como dissociados favorece a compreensão de cidade sinônimo de moderno e campo de atraso. Pinochet (2012), fala da liberdade de mercado construída com o padrão de modernidade que tem produzido experimentos tanto para estabelecer a soberania do povo (socialismo), como para submeter totalmente a democracia à ação individual, eliminando toda possibilidade de autonomia coletiva.

Segundo Pinochet,

la esfera pública es asumida como un espacio de construcción inútil. La esfera privada, la del trabajo y de la producción de riqueza toma el lugar de lo público, mientras que la de la familia se vuelve hacia la esfera social, debido a la imposición de valores que limitan la libertad individual que no sea netamente económica (2012, p.4).

Essas segmentações e transição da esfera pública e privada se expressa quando analisamos dois elementos: a questão do metabolismo social e a apropriação da natureza. E nota-se que tanto na Economia Ecológica quanto na Ecologia Política pensa-se a natureza não como algo exterior ao ser humano, mas o ser humano como a própria natureza e é por isso que há ideia de valor das heranças do passado.

Entendendo que na sociedade de classe há apropriação e dominação da natureza, assim como a valoração da mulher como natureza e, portanto passível de ser dominada. Entretanto, são as mulheres que tem alavancado processos de resistência, alternativas e enfrentamento ao modo de produção capitalista, a condição de exploração da natureza como um recurso, ao latifúndio e ao patriarcado que impõe também o segmento da dualidade da modernidade.

Assim, além do princípio precautório é importante incorporar outro elemento como ferramenta metodológica da EP, o metabolismo social (TOLEDO, 2008). A importância desse conceito reside na possibilidade de compreender os intercâmbios desiguais, não só entre a absorção e consumo de matérias e energia e excreção de resíduos, mas também a desigual maneira em que as sociedades, em suas distintas escalas espaço-temporais se apropriam da natureza.

Esses intercâmbios desiguais demonstram que existem saberes e práticas de apropriação da natureza que justamente por seu caráter alternativo, não capitalista, tem resistido e perdurado, os quais são sustentados pelas populações indígenas, camponesas, quilombolas etc por sua relação de valor de uso com a natureza, sua dependência para sobreviver, respeito e intercâmbios arraigados em crenças e valores.

Levando em consideração essas práticas alternativas no campo e na floresta, a EE e a EP devemos recuperar os saberes contidos e que guiam essas ditas práticas para fortalecer distintos modos de apropriação da natureza. As chaves principais para esse processos estão em evidenciar que não existe o mercado e sim os mercados, esses não são neutros, a-políticos e a-contextualizados, mas seu acesso e controle perpassam por dinâmicas de poder.

A construção de mercados através de redes de economia solidária, da produção de alimentos saudáveis, comércio justo são exemplos de comercialização dos alimentos que não necessariamente estão dentro da lógica de mercado capitalista. A agroecologia e suas variantes (a agroflorestal, os sistemas silvipastoris etc) colocam como foco as iniciativas de produção, a recuperação da funcionalidade dos ecossistemas e provem redes de intercâmbios de conhecimentos locais, tradicionais, participação mais equitativa de gênero e relação mais próxima entre os espaços rurais e urbanos.

PROTAGONISMO DAS MULHERES, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR

Importante pensar como o capital avança propondo até mesmo políticas públicas internacionais para apresentar-se como natural, a-histórico e inerente ao ser humano. Apresenta suas crises como circunstâncias normais do processo de desenvolvimento e prega possibilidades de “desenvolvimento” inalcançáveis, portanto a possibilidade de desenvolver-se seria uma ação contra hegemônica revolucionária, sem isso,

la reducción de la pobreza y la seguridad alimentaria son objetivos casi inalcanzables para al menos mil millones de personas en el planeta. Los altos niveles de hambre, la inequidad en la distribución del ingreso, tierra, agua, semillas y otros recursos, además de la degradación ecológica, son problemas persistentes y cada vez más intensos a escala mundial (ALTIERI; TOLEDO, 2011, p.5).

Antes de iniciarmos a discussão sobre o protagonismo das mulheres camponesas, é preciso pontuar que no Brasil há uma disputa territorial também na academia entre dos paradigmas para analisar o campo, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA) (FERNANDES, 2005; RAMOS FILHO; 2008), que defendem propostas distintas de desenvolvimento territorial rural, o PCA utiliza-se do conceito de agricultor familiar englobando os diversos tipos de agricultores em seus “estágios diferentes de desenvolvimento” enquanto o PQA analisa a partir do conceito de camponês.

A preocupação com o termo utilizado consiste em tornar relevante a opção teórica, portanto utilizar do conceito de mulheres camponesas, expressa uma questão agrária formada por conflitos territoriais e sociais. Entende-se o campesinato como classe social, pois,

representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia (SHANIN, 2008, p.36).

A relação que o campesinato tem com a terra por meio do seu valor de uso é fundamental para o capital, pois é necessário que haja relações não capitalistas dentro do capitalismo. O capital cria a necessidade de ter sempre a grande parte das pessoas sobrevivendo vendendo sua força de trabalho, que é a única coisa que tem para gerar lucro aos capitalistas. Marx (2002, p.105) apresenta que “a crescente relação entre a

renda e a miséria constitui um exemplo do interesse do proprietário na terra”, pois o lucro é gerado a partir do trabalho não pago a quem necessita sobreviver e vender a força de trabalho a preço de pequenos salários.

Entender o campesinato enquanto classe social nos leva a compreender então a conflitualidade que forma os diferentes territórios no espaço agrário e as lutas por terra e água que existem nos diferentes sistemas do capital, em que

violencia y despojo son los pilares fundacionales del andamiaje capitalista pero, de ninguna manera, pueden reducirse a un conjunto de acontecimientos explicativos del pasado, ya que han mantenido un rol continuo y persistente en la amplia geografía histórica de la acumulación de capital hasta nuestros días (COMPOSTO, 2012, p.58-59).

Como afirma Composto (2012, p. 62), “dentro de la división mundial del trabajo, los territorios y bienes naturales de América Latina adquieren renovado protagonismo como uno de los núcleos centrales del desarrollo capitalista”, entretanto as camponesas e camponeses, indígenas e quilombolas na América Latina estão organizados em movimentos sociais de luta pela terra e também da permanência, criando estratégias de enfrentamento ao agrohidronegócio e na construção da soberania alimentar.

Essa conflitualidade pode ser lida também por meio da Ecologia Política (EP), em que “la mayor parte de esos conflictos se dan fuera del mercado, pero la pauta de precios de la economía depende mucho de los resultados que tengan tales conflictos” (Martinez-Alier, 2004, p.22). Para Martinez-Alier

existen conflictos ecológicos que se expresan con otros lenguajes. Por ejemplo, el lenguaje de la seguridad alimentaria la soberanía alimentaria e incluso que es amenazada en los países del Sur desde dos frentes Por un lado, por las exportaciones del Norte subvencionadas, como la invasión de maíz de Estados Unidos en México (además transgénico) bajo el NAFTA que menoscaba la agricultura campesina. Por otro lado, por los monocultivos de exportación desde el Sur (con mucho uso de agrotóxicos) que sacrifican las necesidades locales a la obtención de divisas que seguramente salen rápidamente del país para pagar la deuda externa. (2004, p.25).

Essas frentes que fala Martinez-Alier são as exportações do Norte subvencionadas e os monocultivos de exportação desde o Sul, produzidos com o uso excessivo de agrotóxicos. Os rebatimentos dessas duas frentes são a monopolização dos territórios camponeses, indígenas e quilombolas, a queda nos preços que levam muitas

famílias que vivem do campo a não terem condições de se inserir no mercado de forma justa, o consumo desenfreado de agrotóxicos pelas populações, principalmente as mais pobres entre uma série de fatores.

Uma das estratégias de reprodução camponesa é o modelo de produção agroecológica, em que “los sistemas de producción (...) son biodiversos, resilientes, eficientes energéticamente, socialmente justos y constituyen la base de una estrategia energética y productiva fuertemente vinculada a la soberanía alimentaria (ALTIERE; TOLEDO, 2011, p.3). Segundo Altieri e Toledo

la idea principal de la agroecología es ir más allá de las prácticas agrícolas alternativas y desarrollar agroecosistemas con una mínima dependencia de agroquímicos e insumos de energía. La agroecología es tanto una ciencia como un conjunto de prácticas (2011, p. 3).

Outra distinção necessária para entender a agroecologia como uma modelo de produção camponês é a diferença entre agroecologia e produção orgânica. Enquanto a preocupação na agroecologia é com a saúde, com a possibilidade da família camponesa permanecer na terra, com as relações sociais, inclusive a participação efetiva das mulheres não como companheiras somente, mas como protagonistas num processo de luta contra o latifúndio, o monocultivo e o patriarcado.

A produção orgânica “pretende optimizar la utilización de insumos pero no considera el rediseño productivo lo que condena a la dependencia de insumos externos” (ALTIERE; TOLEDO, 2011, p.4), está é destinada a nichos de mercado e pode inclusive ser produzida em larga escala na forma de monocultivos orgânicos, portanto que não dão prioridade a construção da soberania alimentar, o que leva a dependência e a fome.

Luis Villoro (1998, p.13. In: ALVARADO, 2002, p. 9) “afirma que son cuatro los elementos básicos para definir a un pueblo: relación con un territorio común, conciencia de pertenencia, una comunidad de cultura y un proyecto colectivo”. Muito importante para pensarmos que os povos indígenas e camponeses tem esses elementos e dentro desse projeto coletivo há atuação e protagonismo das mulheres principalmente relacionado à alimentação e saúde.

A construção de políticas públicas destinadas a erradicação da pobreza leva em consideração a face feminina da pobreza construindo focopolíticas (LEGUIZAMÓN, 2002, 2005; CAMPOS, 2011) que são políticas públicas direcionadas, com ações

compensatórias, são conjunturais e não direcionada a resolução de problemas, mas servem como paliativos.

As focopolíticas de inserção da mulher na esfera produtiva convencional promovem a inserção de forma marginalizada, o Estado do bem estar provedor das necessidades básicas realiza-se baseado na regulação das necessidades pelo mercado, ao contrário de servir as necessidades subjetivas do ser humano para sua realização. Rosi Braidotti (2004) faz um percurso histórico em seu texto para apresentar as questões da organização das mulheres e as políticas públicas muito importantes.

Na década de 50 e 60 nas organizações o papel da mulher era visto como reprodutora. Isso se refletiu em programas de planejamento familiar e controle populacional, atenção à saúde, nutrição, economia doméstica etc.

las mujeres se les consideraba meras beneficiarias del desarrollo en función del papel reproductivo que jugaban en la economía, mientras que sus roles productivos, como el de la agricultura, no se tomaban en cuenta (BRAIDOTTI, 2004, p. 25).

De 75 a 85 considera-se a década das mulheres que rompe na Conferência Mulheres e Desenvolvimento de Nairobi com a intenção de cumprir a exigência de igualdade entre os sexos e a integração completa das mulheres as correntes principais do desenvolvimento econômico. A WID (mulheres em desenvolvimento) se ocupou da demanda da igualdade, no entanto depois da conferência do México tanto os governos como as agências de desenvolvimento formularam a necessidade de ocupar-se das mulheres em contexto de erradicação da pobreza.

La demanda de igualdad se ligó después al argumento de la eficiencia económica (la "perspectiva antípobreza") y las mujeres comenzaron a ser consideradas como un "recurso" valioso que debía "aprovecharse" para el desarrollo económico (Moser, 1989. In: BRAIDOTTI, 2004, p. 27).

Na década de 80, a situação econômica internacional e a crise da dívida ocasionou o aumento da pobreza das populações do Sul, o que considerou a “feminização” da pobreza. Período marcado pelo crescimento dos movimentos de mulheres no Sul, e começaram a formular suas próprias ideias a respeito do desenvolvimento das mulheres no marco do desenvolvimento alternativo.

Las mujeres en el Sur tienen pocos márgenes de cambio -por ejemplo, en sus patrones de trabajo- porque ya se encuentran sobrecargadas de labores. La preocupación feminista por conseguir cambios en la división sexual del trabajo se evade y es extraño que los programas de desarrollo no resulten en mayores cargas de trabajo para ellas. Es raro que se considere toda la complejidad de las vidas y los trabajos de las mujeres. Y cuando sí se toma en cuenta, resulta obvio que no es posible referirse a ella dentro de los márgenes de los proyectos de desarrollo; conseguirlo supondría cambios mucho más radicales en la sociedad en general (BRAIDOTTI, 2004, p. 30).

Em meio a esses processos surge o interesse do papel da mulher na agricultura, mulher e meio ambiente. Pensando a partir de dois problemas econômicos globais:

- Degradação ambiental
- Feminização da pobreza

Como afirma Braidotti,

En 1984, el UNEP comenzó un programa para mejorar la participación de las mujeres en el manejo ambiental y enseguida estableció el Grupo de Asesoría de Mujeres Especialistas en Desarrollo Sustentable (SWAGSD, por sus siglas en inglés), que incluía un grupo de mujeres especialistas en temas de desarrollo y que trabajaban en diferentes organizaciones dedicadas a tal fin. Este grupo estructuró los esfuerzos de las mujeres en el ambiente y el desarrollo sustentable en la conferencia de la ONU de 1985 sobre mujeres y desarrollo y fue decisivo para adoptar los párrafos centrales del documento final de la conferencia: las Estrategias hacia el Futuro de Nairobi. El resultado fue que el tema de las mujeres y el ambiente se incluyó en la agenda de la ONU (2004, p. 34).

No Fórum de Noirobi, 1985, ocorreu de forma paralela a Conferência de Mulheres e Meio Ambiente da ONU, onde foram apresentadas experiências de ações e do lugar que a mulher ocupa no manejo ambiental, as apresentações foram baseadas em estudos de casos de mulheres que viviam no Sul e nesses documentos apresentava as mulheres como administradoras ambientais cuja participação era fundamental para conseguir o desenvolvimento sustentável. Segundo Braidotti

los estudios son poderosas herramientas para profundizar el punto de vista de WED y estimular a la comunidad internacional para que reconozca los problemas de las mujeres relacionados con el manejo de los recursos naturales (2004, p. 35).

Apesar de que trata ainda a mulher como recurso, administradora no sentido capitalista, entre outros termos, entende-se que o texto da autora faz um relevante percurso histórico que não poderia ser negligenciado nesse debate.

Entretanto, quando saltamos a analisar o discurso e a prática percebe-se que as focopolíticas não tem nenhuma intenção de transformar a realidade. O desenvolvimento sustentável é outra falácia do capital como construção de espaços que são reservas de valor, a natureza vista como recurso e, portanto com valor de troca e se preserva uma área porque entende a esgotabilidade da natureza e a especulação por próximas áreas para exploração.

O'Connor (2001, p.5), afirma que “las condiciones de producción incluyen la materialidad y la socialidad capitalizadas o convertidas en mercancías, excluyendo la producción, distribución y cambio de las mercancías mismas, estrictamente definidas”. Por isso, importante levar em consideração alguns aspectos da organização e luta das mulheres camponesas: a sua condição de subordinação em relação ao gênero, a exclusão social em relação à classe social e também dentro do padrão de modernidade o campo visto como símbolo do atraso.

Nesse sentido, a organização das mulheres camponesas e a luta pela soberania alimentar desde a lógica da produção agroecológica se torna uma disputa não só pelo território material (a terra), mas também pelo território imaterial das disputas políticas de construção do território. Assim, a conflitualidade está instaurada em diferentes escalas, seja na relação Norte – Sul de produção e dependência, seja entre os países Latino-americanos, no caso do Brasil entre suas diferentes regiões que também apontam diferentes relações de subordinação, ou mesmo em outras instâncias de menor escala.

Diante disso, as mulheres camponesas realizam a preservação tendo a natureza como valor de uso e, portanto entendendo a necessidade de preservá-la, assim como o modelo de produção agroecológica sendo alternativa e também metodologia de encontros e dentro da metodologia feminista do “pessoal é político” entende-se que nesses encontros as mulheres percebem que seus problemas “individuais” são questões políticas de todas e assim constroem consciência de classe e seu papel protagonista na história.

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, M. TOLEDO, V. La Revolución Agroecológica de América Latina. Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **The Journal of Peasant Studies XX**, Vol. 38, No. 3, July 2011, pp.587–612. Traducción al español por Alarcón-Chaires, 2011.

BARKIN, David; CARRASCO, Mario E. Fuente; ZAMORA, Daniel Tagle. La significación de una Economía Ecológica radical. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica* Vol. 19:01-14, 2012.

BRAIDOTTI, Rosi. **Mujeres, medio ambiente y desarrollo sustentable. Surgimiento del tema y diversas aproximaciones.** In: GARCÍA, Verónica Vázquez; GUTIÉRREZ, Margarita Velázquez (compiladoras). *Miradas al futuro: Hacia la construcción de sociedades sustentables con equidad de género.* Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, México, 2004.

BURKETT, P. La comprensión de los problemas ambientales actuales vistos con el enfoque marxista. **Argumentos.** 21 (56), 2008, pp. 21-32.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS** -1.ed.—Buenos Aires : CLACSO, 2011

Coalición de Maestros y Promotores Indígenas de Oaxaca, Centro de Encuentros y Diálogos Interculturales, Oaxaca, 2002.

COMPOSTO, Claudia; NAVARRO, Mina. **Estados, transnacionales extractivas y comunidades movilizadas: dominación y resistencias en torno de la minería a gran escala en América Latina.** *Theoria* 25, 2012, (primer trimestre). pp. 58-78.

CONSTANZA, R. et al. **El desarrollo histórico de la economía y la ecología.** In: una introducción a la Economía Ecológica. México: CECSA, 1998. Cap. 2 pp. 21-51.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território.** Artigo do mês de março – 2008. NERA. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>, acessado em 30/05/2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** – Ano 8, N. 6 – Janeiro/Junho De 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lia Editor S.A., 1970.

LEFF, E. La insostenible levedad de la Globalización: La capitalización de la Naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. **Rev. Venez. De Eco. y Ciencias Sociales.** Vol. 7 (1), 2001. pp. 149-160.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez (compiladora). **Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores.** 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. La transformación de las instituciones de reciprocidad y control, del don al capital social y de la 'biopolítica' a la 'focopolítica'. **Revista**

Venezolana de Economía y Ciencias Sociales (Caracas) Vol. 8, N° 1, janeiro-abril, 2002.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración**. Barcelona: Icaria-Antrazyt-FLACSO, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. Martins Fontes. São Paulo, 2002.

NAREDO, J.M. **El problema ambiental: limitaciones del enfoque económico convencional**. In: Raíces económicas del deterioro ecológico y social. México: Siglo XXI, 2010. Cap. 1 pp. 3 – 18.

O'CONNOR, James. **Causas naturales: Ensayos de marxismo ecológico**. Siglo XXI, México, 2001.

PINOCHET, Beatriz Silva. Las promesas de la modernidad puestas en juego: el sometimiento de la autonomía colectiva a libertad individual en el mercado, **Revista Latinoamericana Polis**, 31° Lo público. Un espacio en disputa, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. Editora Ática S.A. São Paulo, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e Reforma agrária de mercado (2003 – 2006)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social**. Universidad de Buenos Aires, CLACSO Libros, 2007.

SHANIN, Teodor. **Lições camponesas**. In: Campesinato e territórios em disputa. PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (orgs). 1 ed., Expressão Popular, São Paulo, 2008.

TOLEDO, Víctor M. Metabolismos rurales: hacia una teoría económico-ecológica de la apropiación de la naturaleza. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, Vol. 7: 1-26, 2008.

TOLEDO, Víctor M; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Icaria editorial, s.a. 2009.

TOLEDO, Víctor; MOGUEL, Patricia. Café, luchas indígenas y sostenibilidad. El caso de México. **Revista Ecología Política**, N° 18, pp. 23-36, 1999.

VILLORO, Luis. **Estado plural, pluralidad de culturas**. México: Paidós-UNAM, Biblioteca Iberoamericana de Ensayo No.3,1998. In: ALVARADO, Benjamín Maldonado. Autonomía Y Comunalidad India. Enfoques Y Propuestas Desde Oaxaca. Centro INAH Oaxaca, Secretaría de Asuntos Indígenas del Gobierno del Estado,